63

NOTA DE EMPENHO N° 03.09.0001

1. DADOS DO CONTRATANTE

1.1. RAZÃO SOCIAL: Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato – CPSMC
1.2. CNPJ Nº: 11.552.755/0001-15.
1.3. ENDEREÇO: RUA VICENTE ALENCAR OLIVEIRA, S/N, MIRANDÃO – CEARA.
1.4. TELEFONE: (88) 3523-8353
1.5. E-MAIL: CPSMC.LICITACOES@GMAIL.COM.
1.6. REPRESENTANTE: PAULO DE TARSO CARDOSO VARELA.

2. DADOS DO CONTRATADO

2.1. RAZÃO SOCIAL: CECAPE EDUCACIONAL LTDA.
2.2. CNPJ Nº: 36.441.406/0001-57
2.3. ENDEREÇO: Av. Padre Cicero, m° 3917, São José, Juazeiro do Norte-ce. Cep: 63024-015.
2.4. TELEFONE: (88) 99330-1566 / (88) 3512-1590
2.5. E-MAIL: financeiro@faculdadececape.edu.br
2.6. REPRESENTANTE: Bruna Carolina Gonçalves Vasconcelos de Lacerda.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no 74, no inciso III, alínea "f" da Lei n° 14.133/2021, decorrente da Inexibilidade de Licitação **nº 91016/2025**.
3.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:
a) O Termo de Referência – TR;
b) O Estudo Técnico Preliminar – ETP;
c) A Lei n° 14.133/2021 e a Resolução CPSMC n° 06/2023.

4. DO VALOR E DAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

4.1. O valor global da presente avença é de **R$ 2.500,05 (dois mil, quinhentos reais e cinco cenvavos)**, conforme detalhado abaixo:

Item	Código	Descrição	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	817318	**SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS-INSCRIÇÃO DE SERVIDOR EM CONGRESSO.** OBS: ***Inscrição de empregados públicos do Centro de Especialidades Odontológicas-CEO no Congresso Internacional de Odontologia Trends 2025.***	Inscrição	35	R$ 71,43	R$ 2.500,05

VALOR TOTAL	R$ 2.500,05

4.2. Os preços pactuados no presente instrumento são fixos e irreajustáveis.
4.3. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente do CPSMC, nas seguintes rubricas orçamentárias:

10.302.0005.2.206.0000 – MANUT. CEO COM RECURSOS DE CRATO. Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

5. DA FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência dA contratação será até 31 de dezembro de 2025, contados a partir da sua assinatura, obedecido ao disposto no caput do art. 105, da Lei 14.133/2021.
5.3. A publicação deste instrumento se dará no Portal Nacional de Contratações e no Portal de Transparência do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC nos termos da Resolução 06/2023.

6. DO REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. Quanto a execução:
6.2. A execução do objeto contratual ocorrerá durante a realização do I Congresso Internacional de Odontologia do Cariri – Inovação no cuidado com a saúde bucal, que será realizado entre os dias **4 a 6 de setembro de 2025**, no **Boulevard Buffet e Eventos**, localizado em **Barbalha/CE**.
6.3. Ao final do evento, o contratado deverá disponibilizar aos participantes regularmente inscritos os respectivos **certificados de participação**, conforme previsto neste Termo de Referência.
6.4. A prestação dos serviços objeto desta contratação deverá obedecer integralmente às **especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência**, sendo de responsabilidade do contratado o fiel cumprimento dos prazos e obrigações estipulados.

7. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A liquidação e o pagamento serão realizados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da execução dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo(a) empregado público competente. Os pagamentos serão realizados através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto.
7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:
7.3.1. Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Estado e do Município, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta

hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos, entre o término do prazo referido no item **5.1** e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

8. DAS SANÇÕES

8.1. Será considerado infração administrativa, quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, garantida o contraditório e a ampla defesa.

8.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, pela infração do inciso I do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da CONTRATADA, por qualquer infração dos incisos I ao XII do referido art. 155;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II ao VII do citado artigo 155 deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII ao XII do referido artigo 155, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste documento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

66

9. DAS ALTERAÇÕES

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
9.2. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

10. DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial deste empenho pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.1. A extinção do empenho poderá ser:
I - Determinada por ato unilateral e escrito do CPSMC, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
II – Consensual, por acordo entre as partes; ou
III – Determinada por decisão judicial.
10.1.2. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do CPSMC.
10.1.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11. DA EXTINÇÃO

11.1. O empenho poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
11.3. A alteração social, ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica contratada, se for o caso, não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o empenho.
11.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.5.3. Indenizações e multas.
11.6. A extinção do empenho não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
11.7. O empenho poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do objeto, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/90.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Crato, no Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Crato/CE, 3 de setembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
BRUNA CAROLINE GONCALVES VASCONCELOS I
Data: 03/09/2025 10:50:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Consórcio Público de saúde da Microrregião Crato-CPSMC
Paulo de Tarso Cardoso Varela
Secretário Executivo
CONTRATANTE

CECAPE EDUCACIONAL LTDA
CNPJ n° 36.441.406/0001-57
Bruna Carolina Gonçalves V. Lacerda
Representante Legal
CONTRATADA